

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2007
(Do Sr. Adão Pretto)

Solicita informações ao Sr. Ministro da
Agricultura Pecuária e Abastecimento ,
em relação ao Serviço Nacional de
Aprendizagem do Cooperativismo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento o seguinte pedido de informações:

- 1) Quem é e como é escolhido o representante do Ministério no Conselho Nacional do SESCOOP?
- 2) Qual a sua função, como representante do Ministério, neste Conselho?
- 3) É atribuído alguma remuneração pela participação neste Conselho? Se afirmativo, especificar o valor.
- 3) Quais as formas de fiscalização adotadas pelo Conselho quanto à aplicação dos recursos que são repassados para a Entidade Nacional?
- 4) O Conselho fiscaliza o repasse para os Estados? De que forma é feito o acompanhamento destes repasses?
- 5) Na aplicação dos recursos nas atividades de formação (cursos, seminários, treinamentos etc.), existe alguma avaliação quanto à sua realização e resultados alcançados?
- 6) Qual o volume de recursos destinados à formação foram efetivamente destinados desde a criação do SESCOOP, especificando por Estado.

JUSTIFICATIVA

A MP nº 1.715 de 03 de setembro e reeditada com o nº 2.168-39, DE 26 DE JULHO DE 2001, autorizou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, no seu artigo oitavo é criado o Conselho Nacional, sendo que este Ministério se faz representar.

Os dados enviados recentemente em resposta a requerimento de informação, bem como os dados constantes do banco de dados do Tribunal de Contas da União dão conta de que milhões de reais estão sendo gastos sem qualquer controle, à guisa de fomentar o cooperativismo brasileiro.

. Portanto, o presente requerimento tem como objetivo esclarecer, minimamente qual a participação deste Órgão do Poder Executivo no controle destes recursos.

Sala das Sessões, de agosto de 2005.

Deputado Adão Pretto